

LEONI, ARLINDO

*magistrado; dep. fed. BA 1912-1923 e 1935-1936.

Arlindo Batista Leoni nasceu em Barra (BA) no dia 29 de janeiro de 1869, filho de Manuel Batista Leoni e de Messias Valedici de Sousa Leoni.

Fez os primeiros estudos no Colégio D. Pedro II, em Salvador, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1886. Foi promotor público na comarca de Brejo Grande, atual Ituaçu (BA), de 1887 a 1890, e juiz municipal de Pombal, atual Ribeira do Pombal (BA), de 1890 a 1892. Em seguida foi juiz de direito dos municípios baianos de Paraguaçu, Bom Conselho — atual Cícero Dantas —, Juazeiro, Maragogipe e Valença. Deixando a magistratura em 1904, instalou um escritório de advocacia em seu estado.

Em 1910 elegeu-se senador estadual na Bahia, reelegendo-se para a legislatura seguinte. Em janeiro de 1912 elegeu-se deputado federal e renunciou ao Senado estadual. Foi reeleito nos pleitos de 1915, 1918 e 1921, sempre com o apoio de José Joaquim Seabra, importante chefe político do estado durante a Primeira República. Na Câmara dos Deputados, integrou as comissões de Constituição e Justiça e de Finanças em diferentes legislaturas.

Candidatou-se a uma cadeira no Senado na legenda do Partido Republicano Democrático (PRD) no pleito de julho de 1923, realizado para preencher a vaga aberta com o falecimento de Rui Barbosa em abril do mesmo ano. Sua eleição, entretanto, não foi reconhecida pelo Senado Federal, que proclamou a vitória de Pedro Lago, candidato da Concentração Republicana da Bahia (CRB). Em dezembro seguinte renunciou ao mandato na Câmara para candidatar-se ao governo da Bahia na legenda do PRD. Segundo o sociólogo Eul-Soo Pang, Arlindo Leoni era um chefe de segundo escalão do PRD, tendo sido escolhido à última hora pelo partido, que estava plenamente consciente da inutilidade do gesto, dada a crescente popularidade do candidato da CRB, Francisco Marques de Góis Calmon. Realizado o pleito, os dois partidos reivindicaram a vitória, forçando o Legislativo estadual a “reconhecer” o vencedor. Em março de 1924 a vitória de Góis Calmon foi proclamada, em meio a grande tensão política. Surgiram rumores de que o governador Seabra transmitira o cargo a Leoni, ignorando a decisão da Assembleia. Ainda em março, o presidente Artur Bernardes (1922-1926) decretou o estado de sítio na Bahia, garantindo a

posse de Góis Calmon.

Após a Revolução de 1930, Arlindo Leoni, juntamente com outros políticos do antigo PRD, rompeu com Seabra, aliando-se ao interventor federal Juraci Magalhães. Em janeiro de 1933 participou da fundação do Partido Social Democrático da Bahia. No pleito de maio do mesmo ano elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do seu partido, mas não participou dos trabalhos de elaboração da nova Carta por motivos de saúde. Em outubro de 1934 elegeu-se deputado federal por seu estado, assumindo o mandato em maio do ano seguinte.

Durante sua vida pública advogou no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde veio a falecer no dia 6 de setembro de 1936, em pleno exercício do mandato.

Publicou *Testamento e suas modalidades perante o direito e a legislação pátria* (1897) e *Penhor mercantil* (1898).

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Ilustração brasileira* (10/1922); MACEDO, R. *Efemérides*; PANG, E. *Coronelismo*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.